

Recebimento: 04/06/21

Aceite: 20/09/2021

CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES RURAIS EM SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, MA

CHARACTERIZATION OF SOCIAL CAPITAL BETWEEN RURAL FAMILY FARMERS IN SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, MA

Marcio Gomes da Costa¹

Moacir José dos Santos²

Resumo

A agricultura familiar além de desempenhar função social relevante na vida das pessoas, também representa uma parcela significativa na composição da economia, no Brasil. Frente a isso, com a aplicação e aperfeiçoamento de ferramentas que possibilitam uma melhoria na produção nesse setor da economia, podem ser alcançados bons resultados. Um recurso que poderá possibilitar esses resultados é o capital social. A objetivo do presente trabalho é a identificação de aspectos e características considerados como elementos que levam à formação do capital social na comunidade rural estudada, no município de São Raimundo das Mangabeiras, quanto a organização coletiva. Foi realizada pesquisa na comunidade Assentamento Nova Descoberta no município de São Raimundo das Mangabeiras, localizado na mesorregião Sul do Maranhão, microrregião da Chapada das Mangabeiras. Investigou-se o capital social existente entre os agricultores familiares na referida comunidade mediante pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa, e como instrumento para realização dos trabalhos foi usado o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS do Grupo Temático sobre Capital Social do Banco Mundial (2003). Encontrou-se um grau elevado de capital social, o que possibilitou a organização coletiva para o alcance dos objetivos da comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Capital social; Agricultores Familiares.

Abstract

Family farming, in addition to playing a relevant social role in people's lives, also represents a significant part of the composition of the economy in Brazil. Thus, with the application and improvement of tools that enable an improvement in production in this sector of the economy, good results can be achieved. One resource that can make these results possible is social capital. The aim of this work is to identify aspects and characteristics considered as elements that lead to the formation of social capital in the studied rural community, choosing rural family farmers in the municipality of São Raimundo das Mangabeiras as a field of study and research, regarding collective organization. A survey was carried out in the Assentamento Nova Descoberta community in the municipality of São Raimundo das Mangabeiras, which is located in the southern mesoregion of

¹ Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (Unitau). Docente do Instituto Federal do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras – MA, Brasil: E-mail: marcio.costa@ifma.edu.br

² Doutor em História (Unesp). Docente da Universidade de Taubaté e do Centro Universitário Módulo. Taubaté – SP, Brasil. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

Maranhão, in the Chapada das Mangabeiras microregion. It investigated whether the existing social capital among family farmers in that community through exploratory research with a qualitative approach and as instruments for carrying out the work, the Integrated Questionnaire to Measure Social Capital - IQ-MCS of the Thematic Group on Social Capital of the World Bank (2003) was used. There were found to be reasonable levels of social capital in relation to the community and some negative aspects external to the community. Research has shown that together, family farmers have made significant gains for themselves and the community.

Keywords: Regional development; Social capital; Family Farmers.

Introdução

A agricultura familiar representa um setor estratégico para a produção de alimentos e para a economia no mundo e no Brasil. No mundo, as estimativas são de que 1,5 bilhões de pessoas vivem e trabalham nesse setor da economia, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (SANTOS e RICHARD, 2017). No Brasil, em torno de 80% da mão de obra que trabalha na zona rural pertence à agricultura familiar, conforme dados da FAO/INCRA (KARNOPP, 2014). No Maranhão, a agricultura familiar também está presente e, embora os grandes resultados econômicos do setor agrícola dessa região do país venham da agricultura de larga escala, deve-se levar em consideração também, os resultados apresentados pela agricultura familiar, pois dessa agricultura, vem uma parcela que compõe o somatório da produção desse setor da economia maranhense.

São Raimundo das Mangabeiras, município maranhense, também está inserido nesse contexto, com a presença de estabelecimentos vinculados à agricultura familiar. Dessa forma, observa-se a necessidade da identificação de aspectos e características entre os agricultores familiares que possam contribuir para a melhoria de suas atividades. Neste artigo, foi abordado um dos fatores relevantes para as pesquisas sobre a agricultura familiar, trata-se do capital social, tema de trabalhos de autores como Putnam (2006) e Bourdieu (2007). O primeiro, considera que o capital social é formado com a associação dos membros de uma comunidade, já o segundo o considera como um recurso relacionado a inserção dos grupos sociais nas estruturas de poder. Assim, o capital social é um recurso que pode potencializar a ação de grupos organizados em torno de objetivos comuns.

O presente artigo resulta de uma pesquisa aplicada a uma comunidade rural presente no assentamento Nova Descoberta, para identificar e analisar fatores e elementos como confiança, participação, cooperação, entre outros, considerados primordiais para a formação do capital social. O objetivo foi identificar aspectos e características considerados como elementos que levam à formação do capital social na comunidade rural estudada, no município de São Raimundo das Mangabeiras. O município possui, segundo estimativas (IBGE, 2019), 18.868 habitantes, mas em dados aferidos, uma população de 17.474 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 28,28% vivem na zona rural. Com um percentual de 61,62% de incidência de pobres, o município convive com duas realidades, uma de destaque nas atividades agrícolas de larga escala, outra, na agropecuária de subsistência praticada pelos pequenos produtores rurais que tentam sobreviver com poucas tecnologias, recursos e apoio.

Os pequenos produtores rurais, agricultores familiares, passam por muitas dificuldades e uma delas, é a pouca capacidade de se organizar e de se articular em torno de suas atividades de produção. O capital social também pode ser visto como capital produtivo, como afirma Abramovay (2000), ao atentar que vistas dessa forma, as estruturas sociais são consideradas como recursos, pois ao se associarem em grupos adquirem maior poder de negociação, seja para ter acesso ao crédito bancário ou para vender a preços melhores para o mercado. Dessa forma, torna-se necessário estudar o capital social por meio de sua caracterização, levando em consideração aspectos relevantes, identificando quais e como poderão influenciar para os resultados em suas atividades agrícolas de produção, seja de forma positiva ou negativa.

Assim, busca-se produzir conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento local e regional, mediante a caracterização do capital social presente na comunidade estudada. O artigo está organizado em cinco seções, além da presente introdução. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica, enquanto a terceira trata do método, a quarta seção dos resultados e a última sintetiza as considerações finais.

Capital Social, agricultura familiar e desenvolvimento regional

O interesse pelos estudos do capital social como forma de ajudar a promover o desenvolvimento regional e local tem expandido as pesquisas na área nessa área. Mas, para estudar o capital social, é pertinente delinear os aspectos relacionados à sua sustentação. O tema capital social envolve muitos conceitos e variáveis. Para estudá-lo, é necessária atenção às interações e relações sociais diversas presentes na sua composição.

Para Bourdieu (1980), o capital social é considerado um recurso não constituído naturalmente, relacionado à competição por recursos econômicos e políticos escassos. Já Putnam (2006), apresenta abordagem distinta, de que o capital social está associado a presença de confiança e redes de cooperação, associados a ações para o alcance de objetivos comuns à coletividade. Para Putnam a reciprocidade nas redes de relacionamento dentro das comunidades e grupos é fundamental para a cooperação que ele associa ao capital social. Bourdieu e Putnam representam percepções distintas acerca do capital social quanto à sua composição e efeitos no tecido social.

Apesar das diferenças identificadas entre ambos os autores é possível constatar que o capital social pode estar associado ao desenvolvimento regional:

O capital social é uma das variáveis que pode contribuir para as diferenças entre as condições de desenvolvimento de localidades e regiões distintas, sem se ignorar, evidentemente, os fatores exógenos como a ação do Estado e a dinâmica produzida com a divisão internacional do trabalho (SANTOS; VIEIRA; SANTOS, 2018, p. 229).

Como parte dos processos delineadores do desenvolvimento regional, o capital social está associado a outras formas de capital como o capital econômico, o capital cultural e o capital simbólico, trata-se de um atributo componente da ação coletiva promovendo das redes sociais (MATOS, 2009). De acordo com Cunha (2013), o capital social para existir depende das pessoas, do convívio e suas relações. Para Putnam (2006), o capital social está relacionado às características da organização social voltadas para facilitar ações coordenadas pautadas na confiança. Assim, caracterizado por Putnam, juntamente com as cadeias de relações sociais, o capital social, é ainda, considerado um bem público. O capital social está diretamente ligado a forma como a organização social se faz presente nas comunidades, se existe a presença de grupos formais ou informais, ou ainda, se existe a presença dos dois tipos de grupos, e quais as respectivas características de cada grupo com relação à confiança. As relações pertinentes a uma comunidade poderão se tornar elemento facilitador para o alcance de objetivos coletivos da comunidade organizada, como é o caso das associações comunitárias. A incapacidade das pessoas em assumir compromisso produz perdas compartilhadas comunitariamente, devido à falta de confiança mútua. Assim, uma alternativa a esse cenário é a ação do Estado perante a impossibilidade da ação coletiva (PUTNAM, 2006).

Bourdieu (1980) defende que o capital social pode ser desenvolvido e isso, poderá ocorrer por meio do aprimoramento de elementos que o compõem, como confiança, cooperação, participação, redes, podendo ainda funcionar como elemento de distinção de classes, também usado na disputa por poder. Para Cunha (2013), a confiança pode proporcionar ganhos importantes que fortalecem o capital social, visto que melhora os níveis de tolerância nas relações entre as pessoas e grupos por mais diferentes que sejam. Também afirma, que a confiança pode ajudar numa melhor distribuição entre ricos e pobres, promovendo uma transferência mútua, diminuindo os índices de criminalidade, e também com possibilidade de ajudar no crescimento econômico. Dessa forma, a confiança se apresenta como umas das bases conceituais de grande relevância para os estudos do capital social. Essa melhoria nas relações entre as pessoas, por meio do aumento de confiança, contribuirá para a resolução de muitos problemas do cotidiano.

A cooperação dentro de uma comunidade é tão maior, quanto maior for o seu estoque de capital social presente em regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica (PUTNAM, 2006). Sob essa perspectiva a cooperação está associada ao alcance de determinado fim de uma forma mais efetiva em comparação à ação individual. Para a efetividade da cooperação é necessária a predisposição quanto à participação em ações em grupos. Nas comunidades cívicas essas características estão presentes.

Para Matos o termo cívico pode ser assim considerado:

A meu ver, o termo 'cívico' se relaciona com as condições fundamentais necessárias às interações comunicativas que têm

por objetivo a compreensão coletiva de uma questão ou um problema de interesse geral, sendo baseada nas trocas de pontos de vista e na tentativa coletiva de estabelecer um diálogo sustentado pela cooperação e pelo questionamento mútuo (MATOS, 2009, p.86).

Matos considera a conversação como algo de fundamental importância nos estudos do capital social, pois diante de temas conflituosos, pode-se chegar a um entendimento direcionado para problemas de interesse coletivo, com o recurso ao diálogo. Dessa forma, Matos adotou o termo conversação cívica para essas relações de trocas comunicativas cotidianas dos cidadãos. O desenvolvimento econômico pode estar associado ao capital social (PUTNAM, 2006). Nesse sentido, a participação e cooperação podem subsidiar redes de relacionamento necessárias ao desenvolvimento de uma comunidade. Nessa perspectiva, a conversação pode potencializar a socialização necessária a confiança e solidariedade. Para Matos os laços sociais dimensionam a intensidade do capital social. Para o autor os laços fortes tem como característica a proximidade entre os membros de uma comunidade, enquanto os laços fracos são caracterizados por aproximação ocasional e sem intimidade (MATOS, 2009).

O capital social pode ser compreendido como um recurso complexo, composto por dimensões pertinentes à vida social. As dimensões pertinentes ao capital social relacionam-se a dinâmica presente na vida social. A dimensão grupos e redes compreende as relações estabelecidas na organização social, consideradas sob as perspectivas formal e informal. Outra dimensão refere-se ao estabelecimento de confiança e solidariedade, necessárias ao adensamento do capital social em uma comunidade. A dimensão da ação coletiva e cooperação é pertinente a capacidade de articulação coletiva, enquanto a dimensão informação e comunicação corresponde a identificação de como ocorre o acesso à informação. A dimensão coesão e inclusão social corresponde aos meios usados para a resolução de conflitos. E a dimensão autoridade e ação política está relacionada a articulação política perante o Estado e as instituições responsáveis por gestão e políticas públicas (GROOTAERT; NARAYAN; JONES; WOOLCOCK, 2003).

O capital social possibilita a compreensão das formas de articulação comunitárias quanto a sua capacidade de apresentar soluções as demandas coletivas. As dimensões do capital social indicam os elementos necessários à associação entre membros de uma comunidade em prol da resolução das demandas coletivas. O capital social possibilita a investigação da articulação comunitária para os desafios coletivos. Entre as várias atividades presentes no território nacional, presentes nas investigações sobre o desenvolvimento regional no Brasil, está a agricultura familiar.

A definição de agricultura familiar considera as características socioeconômicas da atividade como o tamanho da área de cultivo, o perfil da mão de obra, a origem da renda e ao valor anual da renda pertinente as atividades agrícolas. Uma definição de agricultura familiar corresponde a limitação da propriedade de até quatro módulos fiscais, com predomínio do trabalho familiar na maioria das atividades, mais da metade da renda originada de atividades rurais (citar referência). Quando se relaciona a agricultura familiar a povos originários, trabalhadores extrativistas e comunidades tradicionais, o tamanho das áreas usadas é relativizado (WIENKE, 2017).

A abrangência das atividades ligadas à agricultura familiar é identificada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pois 1,5 bilhões de pessoas dedicar-se-iam a agricultura familiar (SANTOS e RICHARD, 2017). No Brasil, segundo informações publicizadas pela FAO/INCRA (KARNOP, 2014), a agricultura familiar empregaria 80% da mão de obra da área rural, o equivalente a 20% da população economicamente ativa. Apesar de contar com uma área correspondente a 25% das terras agrícolas do Brasil, a agricultura familiar gera 80% dos alimentos do país. Quando se considera os estabelecimentos rurais, 6,5 milhões são ligados à agricultura familiar, de um total de 7 milhões (KARNOPP, 2014).

A representatividade da agricultura familiar no Brasil indica seu potencial para as políticas públicas dedicadas a fomentar o desenvolvimento social e econômico. A agricultura familiar é relevante para os trabalhadores relacionados à essa atividade, bem como a população cuja segurança alimentar depende da produção de alimentos do setor. A agricultura familiar é um setor fundamental para o desenvolvimento brasileiro, o que enseja a ampliação dos estudos relacionados às suas condições de produção, bem como outros aspectos como organização social. Entre os elementos que possibilitam a caracterização da contribuição da agricultura familiar e sua associação com o processo de desenvolvimento, está o capital social. Compreender a presença do capital social entre

agricultores familiares permite caracterizar sua relação com a organização coletiva de agricultores familiares.

A articulação entre capital social e agricultura familiar decorre da percepção do desenvolvimento enquanto processo de enfrentamento das assimetrias sociais, realizado no território. No território estão articuladas variáveis endógenas e exógenas (MORAES e SCHNEIDER, 2010). O território resulta do processo histórico que combina a ação de atores sociais, econômicos e institucionais pertinentes a motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, que disputam recursos escassos (DALLABRIDA, 2017).

A diversidade teórica relacionada ao debate do capital social decorre das abordagens distintas em relação a esse ativo, desde sua compreensão enquanto recurso para pautar as ações coletivas até seu controle como elemento para disputa por recursos econômicos escassos. Entretanto, apesar das diferenças de compreensão em relação ao capital social, sua densidade define o seu impacto para a capacidade de busca por recursos necessários ao desenvolvimento social e econômico.

Método

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória por meio de estudo de caso com relação aos objetivos e com abordagem qualitativa. O estudo de caso pode ser definido como um procedimento adequado para pesquisas qualitativas, que buscam a compreensão de fenômenos contemporâneos (YIN, 2005).

Para a realização da investigação foi aplicado um instrumento de pesquisa com perguntas fechadas e abertas aos participantes, com a expectativa de identificar e mensurar o capital social presente entre os agricultores familiares rurais em São Raimundo das Mangabeiras/MA. O instrumento de pesquisa foi adaptado do trabalho de Oliveira (2017), realizado no mesmo recorte de pesquisa, o capital social presente entre agricultores familiares.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o protocolo sob nº 12830519.3.0000.5501. Destaca-se que o instrumento de pesquisa foi elaborado considerando a Lei Federal nº 11.326/06 que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos para políticas públicas da agricultura familiar. Também foi utilizado como parâmetro e adaptado o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS, proposto por Grootaert, Narayan, Jones, Woolcock (2003). Trata-se de um modelo testado em campo, analisado por consultores especializados, tendo sido elaborado por meio de *surveys* sobre capital social, apresentando assim, confiabilidade, validade e utilidade (OLIVEIRA, 2017).

O capital social dos agricultores familiares de São Raimundo das Mangabeiras

O Município de São Raimundo das Mangabeiras possui uma população estimada em 18.868 habitantes (IBGE, 2019). Destes, 71,7% estavam na zona urbana e 28,3% na zona rural, segundo dados do IBGE (2010). Apresentava no Censo Agropecuário (2006) 849 estabelecimentos rurais, 831 eram proprietários individuais, e 648 se enquadravam como proprietários das terras. Já no Censo Agropecuário (2017), o número de estabelecimentos rurais é de 589 estabelecimentos, 402 são produtores individuais e 472 se enquadram como proprietários. Destaca-se que a expansão do agronegócio na região tende a alterar a agricultura e a estrutura fundiária local, mediante a incorporação progressiva das propriedades circunvizinhas e até mesmo, outras mais distantes.

A agricultura familiar apresenta condições distintas em relação ao agronegócio. De acordo Censo Agropecuário (2017), entre os estabelecimentos rurais, apenas 45 deles recebem assistência técnica e 538 não recebem, 149 estabelecimentos fazem adubação do solo e 440 não o fazem. Esses dados mostram que a maioria dos estabelecimentos rurais não tem apoio e condições necessárias para o desenvolvimento das suas atividades de forma a alcançar bons resultados quanto a qualidade e produtividade. No Censo Agropecuário (2017) mais de 90% da produção agrícola do município de São Raimundo das Mangabeiras vem da grande agricultura de precisão praticada pelos grandes produtores.

Nesse cenário, a capacidade de articulação dos agricultores familiares é fundamental. Daí a pertinência quanto a investigação do capital social. Conforme as análises das entrevistas realizadas e em conformidade com as dimensões de Grootaert, Narayan, Jones, Woolcock (2003) serão expostas as características do capital social diagnosticado entre os agricultores familiares em São Raimundo das Mangabeiras.

O quadro 1 é apresenta uma síntese das categorias analisadas com seus principais elementos, utilizadas para a compreensão das características do capital social do grupo analisado. Posteriormente, apresentam-se os resultados obtidos com a pesquisa junto aos agricultores familiares rurais de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

Quadro 01: Caracterização das relações sobre o capital social

Categorias	Elementos Pesquisados
Grupos e redes	Participação em grupos e associações
	Tomada de decisões
	Organização de grupos
	Escolha de líder
Confiança e solidariedade	Confiança nas pessoas da comunidade
	Confiança nas pessoas que fazem parte governo e lideranças locais
	Confiança em outros agricultores familiares do município
	Grau de confiança entre agricultores familiares no município
Ação coletiva e cooperação	Participação em atividades comunitárias
	Trabalho em conjunto com outras pessoas em projetos da comunidade
	Cooperação entre agricultores familiares da comunidade
	Participação direta ou não de agricultores familiares em atividades políticas e sociais
Informação e comunicação	Meio de comunicação mais usado na comunidade
	Acesso à informação na comunidade
	Meios de comunicação para ter acesso a informações de ações do governo
	Meio de comunicação utilizados na comunidade para ter acesso a informações do mercado, preços de produtos e safras
Coesão e inclusão social	Aptidão ou vontade para se reunir das pessoas da comunidade
	Aptidão ou vontade para se reunir dos agricultores familiares da comunidade
	Sentimento em relação ao crime e violência na comunidade
Empoderamento e ação política	Poder para tomar decisões que podem mudar sua vida
	Exercício do voto nas últimas eleições estadual/presidencial e o porquê
	O governo local e lideranças locais ao tomar decisões levam em consideração suas preocupações e de outras pessoas?
	Grau de honestidade das pessoas que fazem parte do governo municipal, política local e lideranças locais

Fonte: Adaptado de Grootaert, Narayan, Jones, Woolcock, (2003).

Categoria grupos e redes

Para a categoria grupos e redes foram estudados os elementos apontados no quadro 01. O primeiro foi o associativismo. Para Putnam (2006), as associações representam um papel importante tanto interno quanto externo, visto que internamente despertam o que ele chama de “hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público”. Enquanto, externamente, despertam a “articulação de interesses” e a “agregação de interesses”. Tais aspectos, para Putnam, são intensificados por redes de associações secundárias. Assim, com relação à participação em grupos e associações, todos os agricultores entrevistados participam da associação da comunidade, enquanto alguns participam de outras associações e grupos. O tempo de participação é um dado relevante, pois apenas um agricultor possuía tempo reduzido de associação, apenas 4 meses de participação, enquanto os demais têm entre 5 a 22 anos de participação.

Essas características são consideradas pertinentes quanto ao capital social, pois o grau de envolvimento em associações é visto como uma forma de identificar a presença do capital social e seu potencial de engajamento entre os membros da comunidade:

Na prática o ‘volume’ de capital social seria identificado com o nível de envolvimento associativo, ou seja, com os vínculos de pertencimento e atuação em redes de interação aliados ao comportamento participativo em uma comunidade civicamente engajada (MATOS, 2009, p. 48).

Outro aspecto relevante conforme o parâmetro estabelecido por Matos (2009), é o comportamento participativo identificado na comunidade estudada. Constatou-se que os agricultores destinam parcela do tempo em cada mês para participar de trabalhos nas associações ou grupos a

que pertencem. Frisa-se que esse tempo varia de 1 dia a 8 dias de um agricultor para outro. Verificou-se que 5 agricultores destinam 5 dias de trabalho para as atividades nas associações ou grupos a que pertencem, 2 agricultores destinam 2 dias, 2 agricultores destinam 8 dias, 1 agricultor destina 1 dia e 1 agricultor destina 5 dias.

A associação da comunidade em que afirmaram participar é formalmente organizada e registrada. Os entrevistados afirmaram ter participação ativa nas tomadas de decisão. Alguns afirmaram que já receberam benefícios por participarem dessa entidade, outros não. Alguns dos benefícios citados pelos entrevistados estão relacionados à aquisição de terras, casa própria, água encanada, maquinário agrícola, ajuda no plantio e colheita, energia elétrica, capacitação, entre outros.

Percebe-se a relevância das associações e do associativismo:

Mais recentemente, uma linha independente de pesquisa veio reforçar a ideia de que o associativismo é condição necessária para o governo democrático. Sintetizando os resultados de estudos de caso sobre o desenvolvimento no Terceiro Mundo, Milton Esman e Norman Uphoff concluem que as associações locais têm papel crucial nas estratégias de desenvolvimento rural bem-sucedidas (PUTNAM, 2006, p. 104).

O desenvolvimento rural é indissociável da agricultura familiar. O associativismo é um dos meios para o fortalecimento do desenvolvimento rural. Embora os participantes da pesquisa afirmem contribuir de alguma forma com algum benefício para associação, nem todos já receberam algum benefício da associação ou grupo que participam. O envolvimento coletivo, apesar dos benefícios não percebidos por todos, indica a pertinência da presença do capital social presente nas comunidades cívicas. Para Putnam (2006, p.124): “diz-se que na comunidade cívica os cidadãos procedem corretamente uns com os outros e esperam receber em troca o mesmo tratamento”.

Na pesquisa isso ficou evidente, tendo em vista que quando questionados sobre questões de relacionamentos de proximidade uns com os outros, identificou-se amizade e proximidade razoável entre os participantes. A predisposição de envolvimento coletivo é um traço do capital social. Percebe-se nos depoimentos as características presentes no capital social:

Eu ajudo as pessoas porque eu acho que o ser humano nasceu pra ajudar uns aos outros, é uma concepção que a gente tem que a gente ajudando o próximo a gente tá ajudando a gente mesmo, a gente acaba recebendo recompensa, às vezes pode não ser daquela pessoa, mas de outras (Agricultor 1).

Pode-se observar uma predisposição voltada para ações voluntárias, portanto, o voluntariado se faz presente na comunidade, sendo essa uma evidência positiva do capital social. Também pode ser percebido algo semelhante na fala do agricultor 2: “É porque é o seguinte eu sempre penso no dia de amanhã, entendeu? Eu penso que se pede ajuda, amanhã pode ser eu”. Trata-se das recompensas ou retribuições presentes nas regras da reciprocidade destacadas por Putnam (2006):

A reciprocidade generalizada diz respeito a uma contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro (PUTNAM, 2006, p. 181).

A reciprocidade é uma variável importante para o capital social. Infere-se que está presente na comunidade, mas o que chama atenção é a forte convicção na fala dos agricultores, o que demonstra que estão focados e identificados com os interesses do grupo, os interesses coletivos.

Categoria confiança e solidariedade

Ao serem questionados sobre as relações de confiança, todos os agricultores afirmaram confiar em seus familiares, nos moradores da comunidade e em outros agricultores do município. Entretanto, alguns afirmam não confiar integralmente. Para Putnam, “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”. (PUTNAM, 2006, p.177). Essas coordenadas podem acontecer mediante rede de relações que se desenvolvem por meio das interações com a proximidade e confiança presentes nos relacionamentos entre as pessoas. O surgimento dessas redes de relações leva a um alinhamento em defesa de interesses comuns de uma comunidade.

Quando questionados se confiavam em seus familiares, todos afirmaram confiar de forma bem consistente, como presente na fala do agricultor 1: “quando a gente tá com problemas é a família que tá do lado da gente”. Reafirmada no depoimento do agricultor 6: “Porque eu tenho certeza que se eu precisar eles não vão me abandonar, jamais”. As afirmações dos agricultores corroboram Putnam, ao indicar que “os laços de parentesco desempenham um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva” (PUTNAM, 2006, p. 184). O ambiente familiar corresponde a uma referência de apoio

No que diz respeito aos questionamentos acerca da confiança nos moradores na comunidade e nos agricultores do município, também foram obtidos resultados que evidenciam características do capital social, como na afirmação do agricultor 4 quanto à confiança nos moradores da comunidade: “Porque nunca demonstraram nada que venha a desabonar a credibilidade de cada um”. A confiança pauta as relações entre as pessoas e contribui para o sucesso ou o fracasso dos relacionamentos sociais, a depender da sua intensidade. A confiança entre os agricultores familiares participantes da pesquisa é intensa. Tal constatação está apoiada em depoimentos como o do agricultor 1. Quando perguntado o porquê ele diz: “Porque é um pessoal sincero, não vai tá mentido, eu acho que eles são sinceros. No mesmo sentido é a fala do agricultor 4: “Porque são de caráter bom”.

Essa confiança também pode estar relacionada à função e ao desempenho de cada cidadão na sociedade, pois para Putnam: “a consciência que cada um tem de seu papel e de seus deveres como cidadão, aliado ao compromisso com a igualdade política, constitui o cimento cultural da comunidade cívica” (PUTNAM, 2006, p. 192). Uma comunidade cívica, por assim dizer, é uma comunidade em que há presença de equilíbrio social com bons níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo (PUTNAM, 2006).

Quando abordados sobre o relacionamento entre os agricultores familiares no município, constatou-se nos resultados, segundo a opinião dos entrevistados, bom nível de relacionamento, pois a maioria apontou para um relacionamento agradável, ainda que, alguns tenham considerado que não está muito bem.

Esses aspectos são considerados essenciais porque tratam-se de elementos como as redes de relações, interações sociais que levam às relações sociais, pois para Putnam (2006, p.178): “a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você”.

Nos aspectos relacionados à confiança no governo e nas lideranças locais os resultados evidenciaram características negativas em relação para o capital social, visto que a maioria demonstrou não acreditar nos políticos. Assim, 8 agricultores afirmaram não acreditar, enquanto somente 3 acreditam, como se constata nas palavras do agricultor 7: “É aquela coisa assim, eles vêm onde a gente, depois que passa a eleição eles não visita a gente e se eles ver a gente, finge que não ver.”

A falta de credibilidade na classe política e nas respectivas lideranças políticas pode ser consequência da falta de apoio, ou do apoio insuficiente dos governos em todas as esferas governamentais à agricultura familiar. Foi percebido nas declarações dos agricultores que aquilo que conseguiram para a comunidade foi resultado de ações coletivas por meio da associação e parte desse apoio veio de Organizações Não Governamentais – ONGs como a CARITAS, Igreja Católica, Sindicato, entre outras entidades do tipo.

Para o desenvolvimento local, esse descrédito nos políticos e nas gestões pode ser considerado preocupante, pois o Estado é responsável por boa parte dos serviços essenciais que a comunidade precisa, assim como de outros que venham a suplementar suas necessidades. O que se pode observar, é que aqueles que seriam os prováveis detentores desse capital político no município estão em descrédito em relação ao grupo participante da pesquisa.

Categoria ação coletiva e cooperação

Nesta dimensão, é necessário compreender dois aspectos fundamentais. Primeiro, a cooperação voluntária depende do capital social. Segundo os princípios da reciprocidade e os sistemas da participação cívica estimulam a cooperação e a confiança, por contribuírem com a redução da incerteza e a vontade de transgredir (PUTNAM, 2006).

Constatou-se que entre os entrevistados, todos já participaram ou participam de atividades comunitárias. Na comunidade são realizadas algumas atividades como os mutirões, realizados de uma a quatro vezes por mês a depender do período do ano. Foram citadas pelos entrevistados outras

atividades comunitárias como o plantio de mudas e feiras. E ainda são realizadas atividades do tipo mutirão no trabalho com as lavouras temporárias como no plantio de arroz, milho, feijão, mandioca, entre outros.

Essa predisposição para trabalhos voluntários por meio de atividades coletivas pode ser a evidência de que o capital social é produtivo:

Coleman realizou uma análise do capital social segundo os ângulos econômico e sociológico, para transpor o conceito de racionalidade da economia para a sociologia. A seu ver, a ação racional aliada ao capital social tornaria possível a ação social. O autor indica que, assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, pois permite atingir certos objetivos que não seriam alcançados sem sua presença, diferentemente de outras formas de capital (MATOS, 2009, p. 37).

A afirmação de que o capital social facilita o alcance de alguns objetivos, os quais sem ele, possivelmente, surgiriam dificuldades, pode ser evidenciada nos depoimentos de agricultores da comunidade. Os agricultores afirmaram ter alguns requerimentos atendidos e que proporcionaram benefícios para a comunidade, pois realizados em nome da associação. Esses requerimentos estavam alinhados a objetivos comuns. Por conta disso, a comunidade adquiriu máquinas agrícolas, um poço artesiano, a construção de casas populares para os moradores, sementes para o plantio, entre outros benefícios. É dessa forma, que o capital social se torna produtivo, pois contribui para a obtenção de benefícios coletivamente, inviáveis apenas com a ação individual. Esse é o entendimento de Abramovay (2000) ao declarar que o capital social também pode ser visto como capital produtivo, e desse modo, as estruturas sociais são consideradas como recursos.

Considera-se que a capacidade de cooperar voluntariamente na comunidade é consistente. Quando questionados se ajudariam para efetivar objetivos coletivos na comunidade, todos afirmaram que contribuiriam. Sobre a opinião deles, em relação a possibilidade dos outros agricultores ajudarem na realização de objetivos coletivos, os entrevistados afirmaram que os demais moradores ajudariam. Ressaltando-se, que alguns declararam que nem todos ajudariam, mas que boa parte sim.

Frente a isso, destaca-se que um dos aspectos mais importantes é a confiança presente nas afirmações, pois segundo Putnam (2006, p.180): “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”.

Esse grau de confiança, a vontade de cooperar e ajudar voluntariamente nas ações da comunidade fica muito bem evidenciado, quando questionados se ajudariam em um projeto no qual não fossem beneficiados. Dos 11 agricultores entrevistados, apenas 1 não ajudaria. Entre os demais, todos declararam que ajudariam.

Quando perguntado, por que ajudariam, alguns responderam que as pessoas têm que ajudar uma as outras, outros falaram que o ser humano tem que ajudar o próximo. O agricultor 1 respondeu: “Porque as coisas são assim, nem todo mundo tá com perfil de tá dentro do projeto”. O agricultor 4 quando afirmou que embora não recebesse diretamente o benefício, indiretamente o receberia, pois, o benefício chegando para alguns, também beneficiaria outros. Conforme ele relatou:

Porque não diretamente, mas indiretamente me ajuda, né... eu consigo, né, ter resultado. Porque se eu... digamos, o cidadão ali tem uma vaquinha de leite, né, eu não participei do projeto da vaca de leite, mas se ele participou, né, mas eu posso comprar o leite dele, né, se é de eu ir comprar lá na cidade, eu compro aqui (Agricultor 4).

O relato do agricultor 4 demonstra o nível de motivação e envolvimento vivenciado entre os agricultores na comunidade. Demonstra o comprometimento com todos e com os objetivos da comunidade reafirmados por meio das diretrizes definidas pela associação da comunidade.

De acordo com Matos (2009), essa participação é fundamental para a comunidade:

A participação política visa ao engajamento de indivíduos e grupos em debates e conversações que busquem influir diretamente sobre a ação governamental, no que concerne à formulação de políticas públicas ou à seleção (indicação) de

representantes ou de gestores responsáveis pela implementação de tais políticas (MATOS, 2009, p. 99).

Todos os entrevistados consideram importante e boa a participação de agricultores familiares em atividades políticas ligadas ao desenvolvimento local ou regional, todavia pontuaram que precisa melhorar, como afirma o agricultor 1: “Eu acho que falta muito ainda a gente participar desses aspectos aí, a gente participa mais fica muito tímido, então precisaria a comunidade ser mais participativa nessa questão aí”. Pode-se constatar que existe a vontade ou motivação entre os agricultores familiares em participar de ações coletivas. Há ciência de que essa participação é necessária para que eles tenham mais acesso aos benefícios, inclusive aqueles disponibilizados pelos entes governamentais.

Categoria informação e comunicação

A comunicação é primordial para a formação do capital social. Primeiro, é por meio da comunicação que se tem acesso às informações. Segundo, é por meio da comunicação que acontece a interação social, a relação social, ou se chega às redes de relações sociais, ou de outra forma, estas precisam da comunicação para se desenvolver na comunidade ou entre comunidades, enfim, na sociedade. No entanto, a comunicação de que se fala não é qualquer tipo de comunicação, é uma comunicação que traga consigo um comprometimento com interesses comuns à coletividade, com o bem público:

A existência de uma comunicação é fator necessário à criação do capital social, mas não suficiente. O capital social é produto de um tipo particular de comunicação: somente uma comunicação comprometida com o interesse coletivo (na origem) e com o benefício público (como meta), que pressuponha a acessibilidade, a participação, a negociação, a tomada universal e conjunta de decisões (como regras processuais) e que implique a abertura, a transparência, a visibilidade, a livre expressão, o respeito ao pluralismo e a interatividade (como normas deontológicas) poderá gerar capital social (MATOS, 2009, p. 131).

A comunicação, segundo Matos, corresponde aos interesses da comunidade. Na comunidade pesquisada, percebeu-se que existe esse tipo de comunicação entre os moradores, pois foi possível observar a preocupação com os problemas da comunidade do alinhamento com a comunidade. As decisões são tomadas em conjunto por meio de uma comunicação estabelecida entre todos, mas pela via da associação.

Foi questionado qual é o meio de comunicação mais utilizado na comunidade e as respostas de todos, apontaram a internet como principal meio de comunicação. Em segundo lugar, ficaram o telefone e a comunicação verbal diretamente com as pessoas. Também com relação ao acesso a informações no geral e ao acesso a informações de ação do governo, a internet está em primeiro lugar como meio mais utilizado, seguida pela televisão. Os mesmos meios são utilizados para acesso a informações sobre preços de produtos da safra e outros, mas neste caso, eles também têm acesso a essas informações por meio de cooperativas e nas feiras.

O uso da comunicação digital produz mais uma alternativa de contato entre os membros da comunidade, para um espaço de engajamento apto a superação das barreiras do tempo e do espaço:

Conduzindo a novas formas de comunidade, a internet proveria um espaço de encontro de pessoas como interesses comuns, independentemente de noções como local, horário, situação econômica, religião e raça. Assim, o desengajamento observado por Putnam poderia ser, antes, apenas a migração do engajamento, de comunidades físicas e tradicionais para comunidades virtuais e com novos moldes (MATOS, 2009, p. 137).

Observa-se que o uso da comunicação virtual está associado a manutenção dos contatos direto, como o hábito de visitar e receber visitas em suas casas. Ao perguntar quantas vezes são visitados ao mês, 7 dos agricultores responderam em torno de 20 vezes, 2 afirmaram em torno de 10 vezes, 1 em torno de 2 vezes, e 1 em torno de 7 vezes. Já com relação a visitar as outras pessoas em suas casas 4 responderam entre 20 e 26 vezes ao mês, 4 entre 10 e 15 vezes e 3 entre 1 e 5 vezes.

Essas interações pessoais proporcionam um ganho significativo de confiança entre os participantes da pesquisa, porque essa forma de interagir por meio de abordagem direta é considerada uma forma econômica e segura de adquirir informações sobre a confiabilidade das pessoas, dos atores envolvidos (PUTNAM, 2006).

Categoria coesão e inclusão social

A comunidade apresenta predisposição para se reunir, tanto entre os moradores quanto entre os agricultores familiares, considerando-se as respostas de todos os entrevistados. Todos afirmaram também, que a comunidade é considerada pacífica, declararam ainda, não ter sofrido nenhum tipo de violência nos últimos 12 meses precedentes a pesquisa. Quando questionados sobre por que consideram a comunidade pacífica, responderam que vivem em paz e união, o que também pode ser explicado para os depoentes da observação coletiva das normas comunitárias:

Porque aqui no nosso caso, nós não mexe com bar, as festas aqui são muita pouca, né, então as pessoas gosta desse tipo de relacionamento com as pessoas que não praticam esse tipo de delitos, essas coisas, são pacíficas. A meta aqui é não botar bar, né (Agricultor 4).

Alguns moradores, afirmaram que desde o início da formação da comunidade do assentamento ficou acertado que não seria aceita a implantação de estabelecimento comercial para a venda de bebidas alcoólicas. Essa determinação feita em conjunto com todos os agricultores da comunidade, em consulta por meio de votação, é mantida. Mas há um clube de festas para a realização de eventos programados, inclusive algumas festas durante o ano.

Da mesma forma, também afirma o agricultor 7: “Porque não tem ocorrência de nada... é isso que tô te falando se a gente... uma comunidade que não tem um bar você já sabe que aí já tem menos violência.” Ainda na fala do agricultor 9: “Aqui não tem um bar, por exemplo, você viu um bar aqui? Aqui não tem um bar. Problemas temos, mas não temos intrigados.”

Nos depoimentos fica evidente predisposição à observação das regras e normas, fator relevante para o capital social, presente em comunidades que prezam pelos valores cívicos. A valorização das regras, normas e leis, assim como a honestidade e a confiança são os pilares das definições da virtude cívica (PUTNAM, 2006). Putnam evidencia a pertinência do civismo para o desenvolvimento:

O civismo guarda uma relação tão estreita com o desempenho institucional e o desenvolvimento regional que estatisticamente é difícil distinguir entre os três, se bem que, marginalmente, o civismo é de todos o maior determinante da satisfação com a vida (PUTNAM, 2006, p. 127).

Empoderamento e ação política

Quando indagou-se a cada agricultor sobre o poder para tomar decisões que poderiam mudar a sua vida, a maioria respondeu que sim, no entanto, dois responderam negativamente. Na entrevista com um dos agricultores, ficou evidente que apesar de estarem assentados, plantando e vivendo ali naquela comunidade, eles ainda continuam na luta pelo seu pedaço de terra. O relato do agricultor 10, mesmo respondendo que tem poder de tomar decisões, apresenta indignação: “Eu acho que eu Tenho sim... abasta eu consegui o documento de minha terra que eu mudo minha vida de ruim pra boa”. O referido agricultor, que há mais de vinte anos vive e trabalha naquela terra, relatou a luta pela documentação da terra. Indicou que naquele momento ainda faltava a assinatura de um representante da gestão local para que o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, emitisse as escrituras da área de terra de cada assentado.

Os participantes indicaram o desejo de que a comunidade em que vivem se transformasse em um lugar melhor para viver. Muitos deles, relataram que seria um sonho, outros manifestaram que assim se sentiriam mais valorizados e motivados, como o agricultor 9 demonstrou: “Impacto de não aceitar eu ser pequeno como eu sou.”

Com relação ao processo de escolha de seus representantes políticos, todos afirmaram ter votado nas últimas eleições, mesmo demonstrando não acreditar nos políticos e nas lideranças políticas, eles votaram. Quando questionados por que votaram, eles demonstraram ser possuidores de consciência política e também, que têm a esperança de que uma mudança aconteça para melhorar a vida das pessoas por meio da política. O agricultor 1 relatou: “Eu acredito que tem que ter as pessoas pra governar nosso país. A gente precisa da política. Tenho que exercer minha cidadania.” Ou ainda, o agricultor 3: “Porque eu acredito que vai chegar um lá que vai fazer a diferença.”

Embora as palavras tenham sido diferentes, tratam do direito ao exercício da cidadania, expressam no voto como exercício da sua cidadania. Em outros questionamentos, demonstraram interesse por questões políticas, assim como em participar do governo, o que falta é oportunidade ou espaço. Esses relatos reforçam as evidências da existência de capital social na comunidade, pois

remetem aos ideais pretendidos pelas comunidades cívicas em que o capital social está presente. Para Putnam (2006):

Tal comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre os cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participação do governo (PUTNAM, 2006, p. 102).

A consciência política foi analisada mediante as respostas sobre a possibilidade de votar em um candidato que não fosse da mesma etnia, raça ou localidade. Nas respostas, eles demonstraram preocupação com as propostas, os projetos, a gestão. Logo, fica evidente essa preocupação nas explicações do agricultor 1: “Porque voto em projetos e não na pessoa.” Ou nas palavras do agricultor 6: “Eu voto mais pelo conhecimento e pelo caráter da pessoa”. Também na preocupação do agricultor 9: “Porque eu busco conhecer o histórico da pessoa de compromisso.”

Desse modo, mesmo a maioria acreditando que as lideranças políticas não são honestas e desconsideram as preocupações dos munícipes ao tomar suas decisões na gestão, acreditam ter escolhido seus representantes políticos com responsabilidade e apresentam esperança de mudar suas vidas para melhor por meio da política. Isso pode ser explicado pelo fato de que participam da associação da comunidade e creem no alcance dos objetivos de interesse público acontece por meio da escolha de representantes. Aliás, as associações desempenham muito bem essa função de motivação para participar desse processo político e, até mesmo, para melhorá-lo. A respeito disso, Putnam faz a seguinte afirmação:

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade (PUTNAM, 2006, p. 103).

Os moradores da comunidade costumam apresentar requerimentos junto ao governo e a lideranças políticas locais, a maioria relatou que alguns requerimentos foram feitos e sempre que precisam fazem. Segundo a maioria dos agricultores entrevistados, uma parte dos requerimentos foram atendidos e os problemas solucionados.

Considerações Finais

A agricultura familiar é realizada em condições distintas daquelas relacionadas ao agronegócio. A capacidade de articulação e ação é fundamental para os agricultores familiares alçarem condições adequadas para a superação das adversidades econômicas e sociais. Entre os recursos aptos a promoção da capacidade de articulação dos agricultores familiares está o capital social.

A investigação realizada na comunidade de um assentamento localizado no município de São Raimundo das Mangabeiras, demonstrou pelo perfil dos agricultores desta comunidade, que a agricultura familiar pode avançar e alcançar bons resultados na comunidade e, provavelmente, no município, quanto a presença do capital social. Constatou-se a disposição para a organização coletiva e colaboração entre os assentados. A comunidade características correspondentes à presença do capital social em grau elevado.

Os resultados explicitam que todos participam da associação da comunidade e alguns participam de outros grupos e associações; as decisões geralmente são tomadas em reuniões, algumas com realização de assembleias entre associados; todos afirmaram confiar em outros agricultores familiares; a maioria não confia nas pessoas que fazem parte do governo e nas lideranças locais, representando cerca de 60% dos entrevistados; todos afirmaram ter participado ou participar de atividades comunitárias; a maioria afirmou que existe cooperação entre os agricultores familiares da comunidade; todos afirmaram que a internet é o principal meio de comunicação utilizado; todos consideram boa a aptidão ou vontade ou grau de proximidade entre as pessoas na comunidade; com relação ao grau de honestidade das pessoas que fazem parte do governo municipal, política local e lideranças locais, a maioria afirmou que não os consideram totalmente honestos.

Dessa forma, os agricultores demonstraram que o apoio dos entes governamentais é insuficiente. Demonstraram confiar e acreditar nos moradores e agricultores familiares da comunidade, assim como nos agricultores familiares do município, mas mostraram uma insatisfação

e descrença no governo e nas lideranças políticas locais, por não encontrarem espaço e nem apoio nas gestões do governo.

Os resultados evidenciam também que por meio da ação coletiva os agricultores familiares têm alcançado ganhos para a comunidade, inviáveis com ações individuais. Deste modo, destaca-se que o associativismo e/ou cooperativismo pode ser uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar. A presença do capital social em elevado grau está relacionada a obtenção de melhores resultados na agricultura familiar, possivelmente, por meio do associativismo que poderá melhorar as relações entre todos os atores envolvidos e facilitar a obtenção de benefícios para as comunidades de agricultores familiares.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada. São Paulo.v.4, n. 2, abril-junho/2000. Disponível em < Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000 >. Acesso em 03 de set. 2018.

AGÊNCIA IBGE Notícias. **Resultados Censo Agro 2017**. Editora IBGE, 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia> > Acesso em 22 de jan. 2020.

BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la recherche em sciences sociales*. v. 31, jan. 1980. p. 2-3.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.

CUNHA, José Onofre Gurjão Boavista da. **Capital social, família e redução da pobreza: um percurso na literatura**. Tese de doutorado. Salvador, BA, 2013. Disponível em < <httpri.ucsal.br8080jspuibitstream1234567302331> > Acesso em 13 de set. 2018.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba, PR: CRV, 2017.

GROOTAERT, Christiaan; NARAYAN, Deepa; JONES, Veronica Nyhan; WOOLCOCK, Michael. **Questionários Integrados para medir Capital Social - QI-MCS. Banco Mundial – Grupo Temático sobre Capital Social, Washington, D.C., 2003**. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/163793740/Questionario-Integrado-para-Medir-Capital-Social> >. Acesso em 26 de nov. 2018.

KARNOPP, Erica. **Repensando o desenvolvimento rural no contexto territorial da agricultura familiar: estudos de casos**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 139-152, 2014. Disponível em < <http://online.unisc.br/seer/index.php/repredes/article/view/51583565> > Acesso em 06 de out. 2018.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo, SP: Sumus, 2009.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de; SCHNEIDER, Sergio. **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural**. G&DR. Taubaté, v. 6, n. 2, p. 287-320, mai-ago/2010. Disponível em < <httpwww.rbgdr.net022010ensaio.pdf> >. Acesso em 21 de set. 2018.

OLIVEIRA, Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de. **Capital social e a constituição de empreendimentos de economia solidária no município de São José do Barreiro**. (Dissertação de Mestrado). Taubaté- SP, UNITAU, 2017.

PANORAMA: São Raimundo das Mangabeiras – MA. IBGE, 2010. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-raimundo-das-mangabeiras/panorama> >. Acesso em 20 de out. 2018.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006..

SANTOS, Ramofly Bicalho; RICHARD, David. **O Movimento dos Pequenos Agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo.** Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, v.2 n.1. p. 86-105, jan-jun./2017. Disponível em < <httpssistemas.uft.edu.br/periodicosindex.phpcampparticleview27169635> > Acesso em 21 de set. 2018.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Divina Fátima dos. **Capital social da população do município de Caraguatatuba - SP e a sua relação com o desenvolvimento social e econômico.** G&DR. Taubaté, v.14, n. 4, p. 226-252, jul. /2018 (ed. especial). Disponível em < <httpwww.rbgdr.netrevistaindex.phprbgdrarticleview3941710> > Acesso em 21 de out. 2018)

SINDRA, IBGE. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar.** IBGE, 2006. Disponível em > <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-mda-pronaf> > Acesso em 20 de jan. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

WIENKE, Felipe Frans. **A noção de agricultura familiar no direito brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais.** JURIS, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 225-245, 2017. Disponível em < <httpsperiodicos.furg.brjurisarticleview69664611> >. Acesso em 22 de set. 2018.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.